



Índice

- 01** Juiz concede liberdade a [três dos cinco] índios acusados flechar policial militar em manifestação no Congresso
- 02** Pressionada por fazendeiros, prefeitura de São Francisco do Conde/BA ataca de forma ilegal comunidade tradicional
- 03** Indígena que realiza atividade urbana é segurado da Previdência
- 04** Projeto preserva e propaga línguas indígenas através de aplicativo
- 05** Formação Continuada do Projeto Açaí será em janeiro
- 06** Justiça do DF concede liberdade a três índios acusados de flechar PM
- 07** Munduruku decidem como deverão ser consultados sobre hidrelétricas e outras obras
- 08** Luta de povo Tupinambá na Bahia é tema de documentário
- 09** Índios e entidades acham precipitado comemorar arquivamento da PEC 215
- 10** Índios encerram protestos e liberam BR-316, em Bom Jardim, no MA
- 11** Pescadores protestam contra demora em investigação de morte de peixes
- 12** Fundação Banco do Brasil investe em tecnologias sociais
- 13** Carta dos Movimentos Sociais de Povos e Comunidades Tradicionais do Campo da Esquerda Brasileira à direção do PT
- 14** Integrante do Projeto Arqueria Indígena do Amazonas é convocado para a seleção brasileira de Tiro com Arco



-
- 15** [PEC 215 não é votada por comissão especial da Câmara e, segundo regimento, deve ser arquivada](#)
 - 16** [“Passeio na Aldeia” já está disponível online!](#)
 - 17** [Índia é resgatada de aldeia isolada no AP em helicóptero da FAB; veja fotos](#)
 - 18** [UFOPA abre inscrições do Processo Seletivo Especial 2015](#)
 - 19** [Incra declara área quilombola no Pará](#)
 - 20** [Ato contra PEC 215 que altera a demarcação de terras indígenas será nesta sexta-feira](#)
 - 21** [A derrota da PEC 215 é uma vitória da sociedade brasileira](#)
 - 22** [Situação de calamidade pública: povos Canela do Maranhão em situação de risco](#)
 - 23** [Mulheres quilombolas do ES denunciam sofrer racismo ambiental](#)
 - 24** [APIB: Carta de Agradecimento pela defesa dos direitos dos povos indígenas do Brasil](#)

01 Juiz concede liberdade a [três dos cinco] índios acusados flechar policial militar em manifestação no Congresso

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Foto da PM, postada no facebook por Marcelo Zelic. Como se pode ver, o posicionamento da 'arma', o ângulo impossível da flechada e as lesões infringidas à bota comprovam fartamente a tentativa de homicídio que levou à detenção em flagrante de cinco indígenas horas mais tarde

[Tribunal de Justiça do DF](#)

O juiz do Tribunal do Júri de Brasília concedeu liberdade provisória para os índios Alessandro Miranda Marques, Cleriston Teles Sousa e Itucuri Santos Santana, acusados de tentar assassinar o policial militar Edson Gondim Silvestre durante manifestação no Congresso Nacional. O policial foi alvejado por uma flecha durante o movimento indígena contra a aprovação da PEC 215, que atribui ao parlamento competência exclusiva para aprovar demarcações de terras indígenas e para homologar as já existentes.

Na ocasião, os aborígenes foram presos em flagrante e autuados por tentativa de homicídio. Eles negaram os fatos e informaram que apenas se defenderam do ataque dos policiais. A FUNAI, autora do pedido de relaxamento da prisão, se comprometeu a apresentá-los em juízo toda vez que eles forem intimados pela Justiça.

Ao decidir pela concessão da liberdade, o juiz fundamentou:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

“Verifico que as prisões não podem ser mantidas. É preciso registrar que os fatos se deram no contexto do legítimo exercício do direito de manifestação, da liberdade de expressar, do direito de participação na esfera pública, de integrar o processo deliberativo político, pilares centrais de sustentação de um Estado Democrático de Direito. O evento se deu em um contexto sensível, envolvendo um complexo debate político de uma polêmica questão indígena, em que os sujeitos afetados procuraram exercer o direito de defesa dos seus interesses através da manifestação, do movimento de protesto, de contestação contra uma sociedade que na sua visão, por meio dos seus representantes, se pôs contra eles. Ocorre que a eventualidade registrada nestes autos como fato imputado aos flagrados, em que pese ter havido notícia de que um policial teria sido vítima de uma tentativa de homicídio, não é o suficiente para manter encarcerados preventivamente os autuados. A uma porque a vítima não foi lesionada com gravidade. O registro é de que a flecha teria alvejado o seu coturno. A duas porque verifico ausentes quaisquer danos para a ordem pública e a eventual instrução criminal também não sofrerá prejuízos tendo em vista o compromisso da FUNAI”.

Processo: [2014.01.1.198423-7](#)

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Henyo Barretto.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

02 Pressionada por fazendeiros, prefeitura de São Francisco do Conde/BA ataca de forma ilegal comunidade tradicional

SÍTIO CAMPANHA PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO, 18.12.2014

Por assessoria de comunicação do CPP Nacional



A comunidade pesqueira e quilombola Porto de D. João, localizada no município de São Francisco do Conde/BA, desde 2009 sofre violência e criminalização por parte da prefeitura local, que é aliada aos interesses dos grandes fazendeiros da região. Em novembro, o poder público municipal entrou com uma ação junto a justiça federal no intuito de anular a certificação quilombola da comunidade e paralisar o processo de regularização fundiária do INCRA, ação que viola o direito de auto-reconhecimento da comunidade garantido pela Convenção 169 da OIT. Diante dessa situação e do processo que quer exterminar seu povo, a comunidade se manifesta junto com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) em repúdio a esse claro ato de racismo ambiental e em defesa de seu território tradicional.

Para conhecer mais sobre a situação da comunidade, assista ao vídeo produzido pelo grupo de pesquisa Geografar (POSGEO/UFBA/CNPq): [clique aqui](#).

Confira o manifesto:

Prefeitura de São Francisco do Conde/BA cede a fazendeiros e entra com ação judicial contra comunidade tradicional de Porto de D. João

CONT.



O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e as organizações sociais que assinam esta carta vêm a público denunciar a prática racista do prefeito do município de São Francisco do Conde – Evandro Santos Almeida, associado a fazendeiros locais, contra a comunidade quilombola Porto D. João, localizada a aproximadamente 4 km da sede do município.

Desde 2009, a comunidade passa por um processo de intensa violência e criminalização. Foram utilizadas estratégias de intimidação, tentativa de homicídio, derrubada de casas, constrangimentos, difamações e negação de políticas públicas com um forte propósito de expulsar a comunidade para favorecer os interesses de fazendeiros locais interessados em construir empreendimentos turísticos no local.

A comunidade está devidamente certificada pela Fundação Cultural Palmares e o INCRA já está desenvolvendo os estudos técnicos para identificação, demarcação e titulação do território conforme determina o artigo 68 dos Atos das disposições constitucionais transitórias – Constituição Federal de 1988. Porém, a prefeitura nega-se a efetivar políticas públicas, evidenciando intransigência e desrespeito por parte da gestão municipal.

Visando sufocar a comunidade, a prefeitura fechou a escola local, o posto de saúde, o curso de alfabetização de adultos e usou a influência política para cortar serviço de água e energia elétrica. Estas ações perversas agravaram a situação de pobreza e a vulnerabilidade social da comunidade evidenciando perseguição política contra lideranças comunitárias que resistem e lutam em defesa do seu território pesqueiro-quilombola.

Após anos de ações racistas e violentas articuladas pela prefeitura e pelo fazendeiro José da Costa Falcão Junior contra a permanência da comunidade em seu território tradicional, exatamente na semana da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

consciência negra (2014), a prefeitura acionou a justiça federal visando anular a certificação quilombola da comunidade e paralisar o processo de regularização fundiária do INCRA.

O conteúdo da ação judicial atenta contra o direito de auto-reconhecimento da comunidade garantido pela Convenção 169 da OIT, numa clara demonstração de racismo ambiental e institucional. Esta estratégia visa esmagar a comunidade remanescente de quilombo Dom João e revela que a prefeitura está reproduzindo a lógica do capitão do mato contra a população negra-quilombola de São Francisco do Conde.

Diante disso solicitamos que:

- O MPE e o MPF investiguem os indícios de relações suspeitas entre prefeitura e fazendeiros locais apontando para possíveis atos de improbidade administrativa;*
- O MPF e MPE investiguem os casos de violência denunciados e puna seus responsáveis;*
- O MPF e MPE investiguem as denúncias de que a prefeitura municipal está retaliando a comunidade impedindo a implantação de políticas públicas básicas com o intuito de sufocar e expulsar a comunidade;*
- A SEPROMI e a SEPIIR promovam articulações políticas necessárias para salvaguardar a efetivação dos direitos da comunidade remanescente do quilombo Porto D. João;*
- O INCRA e a Fundação Cultural Palmares, no uso das suas atribuições legais, assegurem a efetivação do direito quilombola da comunidade Porto D. João garantindo as condições para a reprodução física e cultural da comunidade;*

NOS MANTEREMOS FIRMES EM DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS

E DO NOSSO TERRITÓRIO QUILOMBOLA!

Assinam:

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

Articulação Nacional das Pescadoras;

Conselho Quilombola de Ilha de Maré;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

Associação dos Pescadores e Pescadoras Frutos do Mar – Santo Amaro - BA

Associação dos Pescadores e Pescadoras de Ponta de Souza – Maragogipe - BA

Associação dos Pescadores e Moradores de Bananeiras – Ilha de Maré - BA

Associação dos Pescadores de Angolá – Maragogipe -BA

Associação dos Remanescentes de Quilombo Salamina do Putumuju- BA

Conselho Quilombola de Maragogipe - BA

Conselho Quilombola de Ilha de Maré - BA

Associação dos Remanescentes de Quilombo do Boqueirão – São Francisco do Paraguaçu - BA

Associação dos Remanescentes de Quilombo da Cambuta – Santo Amaro - BA

Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Braz – Santo Amaro - BA

Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe- Santo Amaro - BA

Associação dos Remanescentes de Quilombo Porto de D. João – BA

Associação de Pescadores e Apicultores de Casa Nova- BA

Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso – APPR – BA

Associação de Pescadores de Sento Sé – BA

Associação de Pescadores e Pescadoras de Juazeiro – BA

Associação de Pescadores de Pescadoras de Conceição de Salinas – BA

Associação de Pescadores e Pescadoras de São Tomé de Paripe – BA

Associação Mãe da RESEX de Canavieiras - AMEX

Colônia Z-51 de Santa Cruz de Cabralia – Ba

Colônia Z-49 de Pilão Arcado- BA

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

Colônia de Pescadores Z-04 de Ilha de Maré - Ba

Associação de Pescadores do Veleiro - BA

Associação de Pescadores de Barra Velha – BA

Associação de Pescadores de Cumuruxatiba – BA

Associação de Remanescente de quilombo de Batateira – BA

Associação dos Remanescente de Quilombo Rio dos Macacos – BA

Associação de Pescadores e Pescadoras de Caravelas - BA

Conselho de Desenvolvimento das Comunidades Negras - CDCN

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia - AATR

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Cáritas Brasileira – Nordeste III

Grupo de pesquisa – MITO/UFRB

Grupo de pesquisa – GEOGRAFAR/UFBA

Grupo de Pesquisa – COSTEIROS/UFBA

Programa MARSOL/UFBA

Postado por Campanha Nacional pela Regularização

03 Indígena que realiza atividade urbana é segurado da Previdência
SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.12.2014

O que vai determinar a categoria de trabalhador é a forma como o índio, ao trabalhar, se insere dentro das regras de enquadramento em cada categoria

por Portal Brasil

Maria do Carmo Pereira de Castro



Adotando o nome indígena que significa "onça que pula no rio", Yueiena busca manter viva a cultura do povo Tikuna

Não são apenas as atividades laborais de agricultura, de pesca ou artesanal que asseguram direitos previdenciários ao índio. Há outras opções de inserção dos indígenas na Previdência Social. O art. 14 da Lei nº 6001/73 (Estatuto do Índio) assegura ao indígena tratamento previdenciário idêntico ao dado aos trabalhadores em geral.

Portanto, o índio pode ser empregado, doméstico, avulso, contribuinte individual ou segurado especial. O que vai determinar a categoria de trabalhador é a forma como o índio, ao trabalhar, se insere dentro das regras de enquadramento em cada categoria.

Ao migrar da aldeia para a cidade com o intuito de exercer uma atividade urbana, o índio deixa sua condição de segurado especial, passando a ser segurado obrigatório da Previdência Social, dependendo da atividade na qual venha a se vincular.

É o caso da cantora Yueiena Tikuna que após cantar o Hino Nacional na língua materna, em cerimônia realizada no município de Benjamin Constant (AM), na fronteira com o Peru, buscou o estande de informações da Previdência Social instalado no local do evento, para obter informações sobre como poderia, na condição de contribuinte individual e, levando em consideração o seu faturamento mensal como artista, obter a cobertura previdenciária para si e seus dependentes.

Ao orientar a indígena sobre os vários benefícios que o contribuinte individual tem direito, o Gerente da Agência da Previdência Social (APS), Benjamin Constant, João Carlos Almeida, alertou para o fato de que, para obter essa proteção, é necessário providenciar, inicialmente, sua inscrição junto à Previdência Social o que pode ser feita pelo [site](#), pela Central de atendimento 135 ou em uma Agência da Previdência Social (APS) e contribuir mensalmente para o Regime Geral de Previdência Social.

CONT.



Quebrando barreiras

Natural da aldeia Tikuna Umariçu II, próxima a Tabatinga, na fronteira com a Colômbia, Yueiena (onça que pula no rio), a cantora indígena de 29 anos foi a primeira a cantar o hino nacional na língua materna e por este motivo tem participando de diversos eventos nacionais e internacionais.

Segundo ela, sua música tem o objetivo de transpor valores: “nas minhas letras aposto no reconhecimento como pessoa, na preservação, na tradição, na cultura indígena e mostro minha transição da aldeia para a cidade” afirmou.

Dona de voz e beleza genuinamente amazônidas, Yueiena, que para facilitar a pronúncia do seu nome indígena, adotou a grafia Djueña, iniciou a carreira de cantora em 2006 com o grupo Magüta, formado por representantes dos clãs do povo Tikuna.

O projeto serviu de vitrine para o talento de Djueña e, logo, artistas renomados acreditaram no potencial da artista. Desde então, a também compositora despontou para o cenário cultural do Amazonas, com canções entoadas na língua Tikuna.

Atualmente está trabalhando na produção do seu próprio CD solo “Saudade da Aldeia” com musicas que demonstram claramente que a cantora saiu da aldeia, mas leva consigo a saudade do povo e da terra onde nasceu.

Segurado Especial

O índio brasileiro também pode se inscrever na Previdência Social na categoria de segurado especial desde que exerça a agricultura familiar ou a pesca artesanal.

De acordo com a Instrução Normativa nº 45 do INSS/2010, enquadra-se como segurado especial a pessoa indígena reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que trabalhe como artesão e utilize matéria-prima proveniente de extrativismo vegetal, ou o que exerça atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar e faça dessas atividades o seu principal meio de vida e de sustento, independentemente, do local onde resida ou exerça suas atividades, sendo irrelevante a definição de indígena aldeado, indígena não-aldeado, índio em vias de integração, índio isolado ou índio integrado.

Estão incluídos na categoria de segurado especial, cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

Esses segurados tem direito aos benefícios de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-maternidade e pensão por morte para seus dependentes.

Fonte:

[Blog da Previdência](#)

04 Projeto preserva e propaga línguas indígenas através de aplicativo
SÍTIO CATRACA LIVRE, 18.12.2014

[ProjectHub](#)

Quem pensa que os índios estão atrasados no tempo, está muito enganado. O projeto Aplicativo Digital Educativo em Línguas Indígenas do Brasil procura expandir, ensinar e preservar a língua indígena brasileira a partir do uso de smartphones, conciliando o aumento de assinatura em telefonia celular entre jovens indígenas com a implementação de um planejamento linguístico, educacional e cultural para o Brasil do século XXI.

Desenvolvido por João Paulo Ribeiro, Pesquisador em Línguas Indígenas pela Universidade de São Paulo (USP), a iniciativa enriquece oportunidades educacionais em diversos ambientes através de aparelhos móveis, estimulando e multiplicando inovadoras situações de uso de línguas indígenas e implementando uma política cultural num país marcado por suas multi etnias.

Reprodução



Visita à comunidade indígena em São Gabriel da Cachoeira - Amazonas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

A criação de aplicativos educacionais propõe a revitalização da linguagem buscada diretamente nas comunidades, sendo exemplo de empreendedorismo social e estímulo à economia criativa. Segundo o Censo de 2010, existem 274 línguas indígenas faladas no país, que infelizmente são praticadas cada vez menos, portanto é importante o resgate e preservação de uma linguagem que tem suas raízes brasileiras.

O projeto venceu a categoria Culturas Indígenas do Prêmio Brasil Criativo, iniciativa da ProjectHub com chancela do Ministério da Cultura e patrocínio da 3M, que se tornou oficialmente a premiação da criatividade brasileira.

05 Formação Continuada do Projeto Açaí será em janeiro
SÍTIO RONDONIA DINAMICA, 18.12.2014

Autor: Antonio Queiroz/decom



Aulas do Projeto Açaí ocorrem em Ouro Preto D'Oeste

O Governo do Estado tem dado uma atenção especial para a educação indígena em Rondônia e, através da Coordenadoria Escolar Indígena da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, vai promover o Projeto Açaí.

Flávio Luís, coordenador Escolar Indígena da Seduc, afirmou que a reunião do Projeto Açaí/2015 acontecerá no próximo dia 11, no Minuano Hotel, em Presidente Médici, e haverá a Formação Continuada para os professores indígenas da rede estadual de ensino.

A professora Fátima Gavioli, secretária de Estado da Educação de Rondônia (Seduc), pretende participar do evento, pois entende que o governador Confúcio Moura está contribuindo para com a melhoria da qualidade do ensino, especialmente a educação indígena.

A organização do evento está ultimando os preparativos e o convite será endereçados aos professores indígenas de diversos municípios de Rondônia.

Fotos: Luiza Zamora - Coordenadoria de Educação Indígena

06 Justiça do DF concede liberdade a três índios acusados de flechar PM
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.12.2014

*Incidente na Câmara levou à prisão de cinco indígenas; eles negam autoria.
Liberados vão voltar para casa, mas devem retornar ao DF para depor.*

Do G1 DF



Índios de várias tribos discutem com policiais que bloqueiam a entrada da Câmara dos Deputados onde congressistas debatem a autoridade para demarcação de terras indígenas no Congresso, em Brasília (Foto: Eraldo Peres/AP)

A Justiça do Distrito Federal concedeu nesta quinta-feira (18) liberdade provisória a três dos cinco índios que foram presos na última terça (16), acusados de terem [flechado um policial militar no pé](#) durante protesto na Câmara dos Deputados. Os indígenas protestavam contra a aprovação da PEC 215, que dá ao Congresso competência exclusiva para demarcar terras indígenas e homologar os espaços já determinados.

Até as 17h desta quinta, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) ainda cuidavam dos trâmites para a soltura dos homens. Dois dos índios libertados são da etnia pataxó, e o terceiro pertence ao grupo terena. Um tupinambá e um kaingang seguiam detidos em outra unidade policial até o fim da tarde, e a Funai dizia estar "negociando a liberdade" deles com a Justiça.

CONT.



A flecha atingiu o coturno e, segundo a corporação, não chegou a atravessar o pé do policial militar. Ele machucou um dedo, foi atendido no serviço médico da Câmara e liberado no mesmo dia. Cinco representantes dos índios foram presos e indiciados por tentativa de homicídio. A Funai ainda negocia a liberdade provisória dos outros dois indígenas, que estavam detidos em outra unidade policial até esta quinta (18).

Os homens liberados vão voltar às terras indígenas de origem. No pedido de soltura, a Funai se compromete a trazê-los de volta a Brasília sempre que houver solicitação judicial, no decorrer do inquérito.

'Direito legítimo'

A liberdade provisória de três acusados foi concedida pelo juiz Fábio Esteves, do Tribunal do Júri de Brasília. Segundo a decisão, o golpe de flecha se deu no "contexto do legítimo exercício do direito de manifestação, da liberdade de expressar, do direito de participação na esfera pública, de integrar o processo deliberativo político".

Segundo Esteves, o contexto do ato de violência é "sensível" e envolve "um complexo debate político dentro de uma polêmica questão indígena, em que os sujeitos afetados procuraram exercer o direito de defesa dos seus interesses através da manifestação".

Na decisão, o magistrado diz ainda que o caso não é suficiente para determinar a prisão preventiva já que, segundo ele, a vítima não sofreu lesão grave, não houve danos à ordem pública e a liberdade dos réus não representa prejuízo ao trâmite do processo.



PM é atingido por flecha no pé durante protesto de índios na Câmara (Foto: Polícia Militar/Divulgação)

CONT.



PEC polêmica

A proposta de Emenda à Constituição rejeitada pelas lideranças indígenas tramita em uma comissão especial da Câmara, e transfere o poder de demarcar terras, hoje nas mãos do Executivo, para o Poder Legislativo. Não há data marcada para a votação do texto.

Na terça (16), um grupo de índios armados com arco e flecha e pedaços de madeira tentou invadir o Anexo 2 da Câmara dos Deputados, e foi impedido pela Polícia Militar e por seguranças da Casa com o uso de spray de pimenta. De acordo com Sonia Guajajara, coordenadora da articulação dos povos indígenas do Brasil, os índios não foram consultados sobre a PEC.

Parte dos indígenas que participam do protesto fez um ritual de luta diante do cordão de policiais militares. Segundo o índio Aruanã Pataxó, os índios fazem esse ritual quando estão em luta por alguma causa.

Caso semelhante

Um cabo da Polícia Militar também foi [atingido por uma flecha](#) durante protesto contra a Copa do Mundo, em maio deste ano. Kleber Ferreira, de 40 anos, classificou na época a situação como “só um susto”. Ele sofreu um corte de dois centímetros perto da virilha, foi atendido pelo Samu no local e depois fez um curativo em um hospital particular.

A manifestação aconteceu na área central de Brasília e reuniu cerca de 2,5 mil pessoas. O cabo fazia parte da equipe da cavalaria que acompanhava o primeiro dia do Tour da Taça da Copa do Mundo em Brasília.

07 Munduruku decidem como deverão ser consultados sobre hidrelétricas e outras obras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Cerca de 600 indígenas Munduruku compareceram à assembleia (MPF)

Protocolo registra como terá que ser feita a consulta prévia, livre e informada que o governo brasileiro está obrigado a fazer devido à legislação e a decisão judicial

[MPF/PA](#)

Os indígenas Munduruku concluíram o documento que estabelece como o governo brasileiro deverá consultá-los sobre o projeto da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no oeste do Pará, e sobre qualquer tipo de obra que impacte suas vidas e seus territórios. Entre várias determinações, o Protocolo de Consulta define que os Munduruku não aceitarão a presença de homens armados durante a consulta e não aceitarão ser removidos de seus territórios.

A consulta prévia, livre e informada está prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do

CONT.



Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil. No caso da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, projetada para o oeste do Pará, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também obriga o governo brasileiro a consultar os indígenas.

O Protocolo de Consulta foi aprovado em assembleia extraordinária do povo Munduruku realizada neste último final de semana, 13 e 14 de dezembro, na aldeia Sai Cinza, na Terra Indígena de mesmo nome, em Jacareacanga, oeste do Pará. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), participaram do evento cerca de 600 indígenas representantes de todas as aldeias da região. Uma das lideranças indígenas que coordenou o encontro, Ademir Kaba Munduruku, informou que, desse total de participantes, 102 são caciques Munduruku.

O documento aprovado vinha sendo discutido desde setembro em oficinas nas aldeias Waro Apompu e Praia do Mangue. A elaboração do protocolo contou com a assessoria do Ministério Público Federal (MPF) no Pará e do Projeto Convenção 169.

Decisões – Os Munduruku decidiram que a consulta prévia, livre e informada a eles que o governo federal está obrigado a fazer só ocorrerá depois do avanço no procedimento de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu (também localizada no oeste paraense), com a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação que delimita a área de ocupação tradicional Munduruku.

Para os Munduruku, a realização da demarcação é uma prova necessária de que o governo respeita os direitos indígenas e portanto está qualificado para consultá-los sobre uma megaobra que pode afetar radicalmente as opções de sobrevivência física e cultural dos índios.

No protocolo, os Munduruku exigem que o governo cumpra os deveres de proteger os indígenas isolados e de garantir a realização de consultas a outros povos indígenas e a ribeirinhos ameaçados pela hidrelétrica.

Direitos – O MPF foi convidado pelos Munduruku a participar da assembleia para dar explicações sobre direitos indígenas e repassar informações sobre processos judiciais de interesse das comunidades representadas no evento.

O procurador da República Camões Boaventura enfatizou que, para ser considerada livre, uma consulta aos indígenas não pode ser feita atrelada à promessa de cumprimento de atendimento a direitos, como a construção de escolas ou postos de saúde. “Se isso ocorre, a consulta é ilegal. Direitos não são favores. São conquistas. E devem ser concretizados independentemente de barragem. Incluir no processo dialógico de consulta, momento indispensável na aferição de viabilidade do empreendimento, oferta de supostas compensações é viciar o diálogo de muita má-fé”, destacou.

CONT.



Boaventura também ressaltou que, para ser considerada prévia, a consulta deve ser feita antes da tomada de qualquer decisão sobre a realização de um projeto. E, para o atendimento do quesito informada, a consulta não precisa necessariamente conter apenas informações geradas pelo governo, sendo válido o emprego de dados gerados, por exemplo, por institutos de pesquisas não governamentais e, sobretudo, por conhecimentos tradicionais associados das comunidades eventualmente impactadas.

Voz própria – O procurador da República observou que, mesmo contando com o MPF como defensor de seus direitos, os indígenas podem requisitar audiências aos poderes Executivo e Judiciário para que o diálogo com esses poderes e a reivindicação por direitos possam ser feitos pessoalmente pelos índios.

Além de explicar os principais direitos indígenas previstos na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT, o representante do MPF explicou aos indígenas, de forma didática e interativa, como se estrutura o sistema judiciário brasileiro e como as demandas judiciais percorrem todas as instâncias.

Uma das lideranças Munduruku, Fabiano Bõnõ, da aldeia Caroçal do Rio Cururu, fez um convite aos demais caciques. Segundo ele, uma opção para evitar que os direitos dos índios sejam violados é que algumas lideranças aprendam a ler a escrita dos pariwat (não índios). “Agradeço muito aos educadores das aldeias por abrirem nossos olhos”, disse.

Apoio – A assembleia Munduruku também contou com a presença do presidente da associação das famílias ribeirinhas e extrativistas da comunidade de Montanha e Mangabal, Ageu Lobo Pereira. Segundo ele, os ribeirinhos estão aprendendo com os indígenas sobre como deve se dar o processo de consulta prévia e vice-versa. “Os ribeirinhos também têm uma relação fortíssima com a terra, até porque muitos de nós somos filhos de pariwat com índios.”

O presidente da associação ressaltou que a falta da caça e da pesca na região seria a morte não só dos indígenas, mas também dos ribeirinhos. “Sem sombra de dúvidas”, enfatizou. Para ele, o modo como o governo federal vem tratando os povos tradicionais das margens do Tapajós é “o maior absurdo que pode existir”.

Outras demandas - Os Munduruku aproveitaram a presença do MPF na assembleia para entregar ao representante da instituição diversas demandas relativas à precariedade na educação escolar indígena prestada nas aldeias.

O que dizem os Munduruku

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

Liderança Munduruku Agenor Kirixi:

“Para nós não há limite entre o que é sagrado e o que não é sagrado. Tudo é sagrado.”

“Só por existirem espécies vivas na área impactada pela hidrelétrica dá pra entender que a obra é inviável.”

“Somos ricos, não em dinheiro, em reais, mas ricos por causa dos nossos recursos naturais.”

“A hidrelétrica mata o rio e animais. Nós morremos juntos.”

Liderança Munduruku Juarez Saw:

“É inviável discutir com o governo antes da demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu”

“Não estamos nos negando a participar da consulta, mas queremos uma prova de que o governo está agindo de boa-fé”.

“Não tenham dúvidas de que a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós não virá sozinha. Com ela virão ferrovias, estradas, mineradoras...”

“Nós estamos lutando firme e forte, porque a luta é em favor das próximas gerações dos Munduruku.”

Liderança Muduruku professor Hans Kaba:

“Muitas vezes nós indígenas somos chamados de incomodadores. Mas o que nós somos é cobradores, cobradores do que diz a Constituição. Incomodadores são os que violam os direitos indígenas no Congresso.”

“O governo não quer entender os problemas dos índios.”

“Nós vamos brigar pela nossa vida até quando Deus permitir.”

“Dói em nossa alma quando destroem a Amazônia.”

“Os Mundurukus são tão ligados ao meio ambiente, ao seu território, que até no nosso nome fazemos referência à natureza. Nossos sobrenomes fazem referência a aves, peixes e outros animais. Nosso nome é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

composto por um nome Munduruku, um nome da natureza e o nome da etnia.”

“Sem nossa terra, para nossa reprodução, não somos mais nada.”

Liderança Munduruku João Tomé Akay:

“Jamais vamos nos entregar.”

“Ignoramos qual é o conhecimento do governo no que diz respeito à nossa terra.”

“Na cidade nós não somos nada. Lá temos que pagar para enterrar nossos parentes.”

“Deus que fez o rio Tapajós, a água, e deixou o rio pra gente. Deus deixou o rio não para mexermos nele, mas para vivermos.”

Liderança Munduruku Dionísio Krixí –

“Nós não viemos de longe, como os brancos. Nós sempre fomos daqui, somos daqui, sempre nos mantivemos aqui.”

“O governo vem sussurrando nos nossos ouvidos, tentando dividir a gente. Não somos divididos. Somos um povo só.

Liderança Munduruku Osmar Turu:

“Facilidades e favores são coisas passageiras. O que gera frutos permanentes nós já temos, que é a terra.”

“Essa hidrelétrica não tem nenhuma viabilidade, e a gente sabe disso.”

Liderança Munduruku Ademir Kaba:

“Os animais e as plantas são Munduruku, foram os Munduruku que se transformaram nos animais e plantas que existem. Foi o Deus Munduruku, o Karosakaybu, que fez o rio.”

CONT.



Protocolo de Consulta Munduruku

Elaborada pelos Munduruku reunidos na aldeia Waro Apompu, Terra Indígena Munduruku, em 24 e 25 de setembro de 2014, e na aldeia Praia do Mangue, em 29 e 30 de setembro de 2014. Este documento foi aprovado em Assembleia Extraordinária do povo Munduruku na aldeia Sai Cinza, em 13 e 14 de dezembro de 2014.

Nós, o povo Munduruku, queremos ouvir o que o governo tem para nos falar. Mas não queremos informação inventada. Para o povo Munduruku poder decidir, precisamos saber o que vai acontecer na realidade. E o governo precisa nos ouvir. Antes de iniciar a consulta, exigimos a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu. Sabemos que o relatório está pronto. Temos vídeo da Presidência da Funai admitindo que a demarcação não ocorre por conta da hidrelétrica. O governo não está agindo com a boa fé que exige a consulta (Convenção n. 169, artigo 6º). Jamais aceitaremos ser removidos. E sabemos que a Constituição está ao nosso favor! Exigimos também que o governo proteja os parentes isolados que vivem em nossa terra e garanta o direito de consulta dos outros povos atingidos por seus projetos, como os Apiaká e os Kayabi. E, finalmente, exigimos que as comunidades ribeirinhas que serão atingidas pelas barragens no rio Tapajós (como Montanha e Mangabal, Pimental e São Luiz) tenham seu direito à consulta garantido, de modo adequado e específico à realidade delas. Assim como nós, os ribeirinhos também têm direito a uma consulta própria.

Quem deve ser consultado?

Os Munduruku de todas as aldeias – do Alto, Médio e Baixo Tapajós – devem ser consultados, inclusive daquelas localizadas em terras indígenas ainda não demarcadas. Nós não queremos que o governo nos considere divididos: existe só um povo Munduruku. Devem ser consultados os sábios antigos, os pajés, os senhores que sabem contar história, que sabem medicinas tradicionais, raiz, folha, aqueles senhores que sabem os lugares sagrados.

Os caciques (capitães), guerreiros, guerreiras e as lideranças também devem ser consultados. São os caciques que se articulam e passam informações para todas as aldeias. São eles que reúnem todo mundo

CONT.



para discutirmos o que vamos fazer. Os guerreiros e guerreiras ajudam o cacique, andam com ele e protegem o nosso território. As lideranças são os professores e os agentes de saúde, que trabalham com toda a comunidade.

Também devem ser consultadas as mulheres, para dividirem sua experiência e suas informações. Há mulheres que são pajés, parteiras e artesãs. Elas cuidam da roça, dão ideias, preparam a comida, fazem remédios caseiros e têm muitos conhecimentos tradicionais.

Os estudantes universitários, pedagogos Munduruku, estudantes do Ibaorebu, os jovens e crianças também devem ser consultados, pois eles são a geração do futuro. Muitos jovens têm acesso aos meios de comunicação, leem jornal, acessam internet, falam português, sabem a realidade e têm participação ativa na luta do nosso povo.

As nossas organizações (Conselho Indígena Munduruku Pusuru Kat Alto Tapajós – Cimpukat, Da'uk, Ipereg Ayu, Kerepo, Pahyhyp, Pusuru e Wixaxima) também devem participar, mas jamais podem ser consultadas sozinhas. Os vereadores Munduruku também não respondem pelo nosso povo. As decisões do povo Munduruku são coletivas.

Hoje, nós habitamos cerca de 130 aldeias, no Alto, Médio e Baixo Tapajós. Mas lembramos que, por causa da organização social do nosso povo, novas aldeias podem surgir.

Como deve ser o processo de consulta?

O governo não pode nos consultar apenas quando já tiver tomado uma decisão. A consulta deve ser antes de tudo. Todas as reuniões devem ser em nosso território – na aldeia que nós escolhermos –, e não na cidade, nem mesmo em Jacareacanga ou Itaituba. As reuniões não podem ser realizadas em datas que atrapalhem as atividades da comunidade (por exemplo, no tempo da roça, na broca e no plantio; no tempo da extração da castanha; no tempo da farinha; nas nossas festas; no Dia do Índio).

Quando o governo federal vier fazer consulta na nossa aldeia, eles não devem chegar à pista de pouso, passar um dia e voltar. Eles têm que passar com paciência com a gente. Eles têm que viver com a gente, comer o que a gente come. Eles têm que ouvir a nossa conversa. O governo não precisa ter medo de nós. Se ele quer propor algo que vai afetar nossas vidas, que ele venha até a nossa casa. Não aceitaremos dialogar com assessores, queremos ser consultados por quem tem o poder de decisão.

As reuniões devem ser na língua Munduruku e nós escolheremos quem serão os tradutores. Nessas

CONT.



reuniões, nossos saberes devem ser levados em consideração, no mesmo nível que o conhecimento dos pariwat (não índios). Porque nós é que sabemos dos rios, da floresta, dos peixes e da terra. Nós é que coordenaremos as reuniões, não o governo. Devem participar das reuniões os parceiros do nosso povo: o Ministério Público Federal, as organizações escolhidas por nós e nossos convidados especiais, inclusive técnicos de nossa confiança, que serão indicados por nós. Os custos da nossa presença e dos nossos parceiros em todas as reuniões devem ser pagos pelo governo.

Para que a consulta seja realmente livre, não aceitaremos pariwat armados nas reuniões (Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência ou qualquer outra força de segurança pública ou privada). Nós usamos arco e flecha porque faz parte da nossa identidade e não diretamente para guerrear.

Para nossa segurança, as reuniões devem ser filmadas por nosso povo. Parceiros e agentes do governo por nós autorizados podem filmar e fotografar, desde que nos entreguem cópias integrais (sem edição) logo após o fim da reunião. Nossos locais sagrados não podem ser filmados nem fotografados. Não aceitaremos a divulgação ou uso indevido de nossa imagem.

As reuniões sobre as quais falamos até agora, dividem-se em:

- Reunião para fazer acordo sobre o plano de consulta: O governo deve se reunir com o povo Munduruku para chegarmos a um acordo sobre o plano de consulta. O plano de consulta deve respeitar este documento, que diz como nos organizamos e tomamos nossas decisões.
- Reunião informativa: O governo deve se reunir com nosso povo, de aldeia em aldeia, para informar seus planos e tirar nossas dúvidas. Além de nós, devem participar dessa reunião os parceiros do nosso povo.
- Reuniões internas: Depois dessa reunião, precisaremos de tempo para discutir, entre nós, a proposta do governo. Precisaremos de tempo para explicar a proposta aos parentes que não puderam participar das reuniões informativas. Também queremos nos reunir com os ribeirinhos (por exemplo, de Montanha e Mangabal), para discutirmos. Podemos convidar nossos parceiros para as nossas reuniões internas. Já o governo não pode estar presente. Se aparecerem mais dúvidas ou novas informações forem acrescentadas, o governo deverá fazer mais reuniões informativas, com a nossa participação e de nossos parceiros. Depois disso, poderemos fazer outras reuniões com nossos parceiros, sem o governo, para tirar outras dúvidas e discutir – quantas reuniões forem necessárias para o povo Munduruku informar-se completamente.
- Reunião de negociação: Quando nós tivermos informações suficientes e tivermos discutido com todo

CONT.



nosso povo, quando nós tivermos uma resposta para dar ao governo, o governo deve se reunir com nosso povo, em nosso território. Nesta reunião, devem participar também os nossos parceiros. O governo deve ouvir e responder a nossa proposta, mesmo que ela for diferente da proposta do governo. E lembramos: não aceitamos que o governo use direitos que já temos – e que ele não cumpre – para nos chantagear.

Como nós, Munduruku, tomamos nossas decisões?

Quando um projeto afeta todos nós, a nossa decisão é coletiva. O governo não pode consultar apenas uma parte do povo Munduruku (não pode, por exemplo, consultar só os Munduruku do Médio Tapajós ou só os do Alto). O governo vem sussurrando nos nossos ouvidos, tentando dividir a gente. Nenhuma associação Munduruku decide só, nenhuma associação responde pelo nosso povo. As decisões do nosso povo são tomadas em assembleia geral, convocada por nossos caciques. São os nossos caciques, reunidos, que definem a data e o local da assembleia geral e convidam os Munduruku para participar dela.

Nas assembleias, as nossas decisões são feitas depois de discussão: nós discutimos e chegamos a um consenso. Se for preciso, discutimos muito. Nós não fazemos votação. Se não houver consenso, é a maioria que decide.

O que o povo Munduruku espera da consulta?

Nós esperamos que o governo respeite a nossa decisão. Nós temos o poder de veto. Sawe!

** A construção deste documento foi assessorada pelo projeto “Consulta prévia, livre e informada: um direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia”, e pelo Ministério Público Federal.*



08 Luta de povo Tupinambá na Bahia é tema de documentário
SÍTIO REPORTER BRASIL, 19.12.2014

Indígenas aguardam há dez anos a conclusão do processo de demarcação de sua terra e vêm tendo seus direitos sistematicamente violados

A luta do povo indígena Tupinambá pela recuperação do território que tradicionalmente ocupa no sul da Bahia é o tema de projeto de documentário curta-metragem aberto para financiamento coletivo no Catarse. Os indígenas aguardam há dez anos a conclusão do processo de demarcação de sua terra e vêm tendo seus direitos sistematicamente violados, tanto pelo Estado brasileiro, como por indivíduos e grupos contrários à regularização de seu território.

O projeto está sendo organizado pela jornalista e cientista social Daniela Fernandes Alarcon, e pela cinegrafista e documentarista Fernanda de Paiva Ligabue. A **Repórter Brasil** apoiou a primeira fase do projeto e participa da divulgação da captação do financiamento coletivo.



[Clique aqui para saber mais e apoiar o projeto](#)

09 Índios e entidades acham precipitado comemorar arquivamento da PEC 215
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 18.12.2014

Proposta que passa ao Legislativo o poder sobre demarcação de terras indígenas, como querem os ruralistas, ainda pode passar por sessão extraordinária do Congresso

por Hylda Cavalcanti, da RBA

LAYCER TOMAZ/ CÂMARA DOS DEPUTADOS



*Polícia Legislativa "recebe" manifestantes pró-indígenas em sessão do Congresso para votar PEC 215.
Mobilização pode ter sido positiva*

Brasília – Ainda é cedo para dizer se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que trata da demarcação de terras indígenas, será arquivada. Apesar da matéria poder ser arquivada, por não ter sido apreciada até o encerramento da sessão de hoje (18), ainda não se sabe se o Congresso decidirá por uma autoconvocação nos próximos dias para votare matérias pendentes – caso isso aconteça a probabilidade é de a PEC vir a ser novamente incluída entre os itens da pauta.

A semana transcorreu sob alta tensão diante da expectativa da votação da PEC que transfere do poder Executivo para o Legislativo a demarcação de reservas indígenas. Em meio a manobras regimentais da bancada ruralista, protestos de entidades sociais defensoras da causa indígena, [houve até confrontos entre índios pataxós com a Polícia Legislativa](#).

CONT.



O defensor da ideia de autoconvocação é o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que defende a votação ainda este ano de matérias pendentes. Acontece que Jucá também é criticado pelas entidades defensoras da causa indígena por relatar projetos de lei e PECs favoráveis a representantes do agronegócio.

"Se houver prolongamento do trabalho legislativo, provavelmente o senador vai incluir a proposta, por isso precisamos continuar atentos. Ainda não é o momento de comemorar", afirmou Rodolfo Portela, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que veio a Brasília com um grupo de pessoas do Maranhão para pedir aos parlamentares pela rejeição da matéria. Parlamentares da oposição, por sua vez, reclamam pelo fato de a PEC não ter sido votada.

"Quem decide sobre autorizações diversas em outras áreas é o Congresso Nacional. Não sei o motivo pelo qual isso não pode funcionar em relação às terras indígenas", enfatizou o deputado Osmar Serraglio (PMDB-RR), relator da PEC.

Da Funai para o Congresso

Na prática, a PEC retira do Executivo federal o poder de fazer demarcação de terras indígenas por meio de decreto, o que hoje acontece mediante um histórico das áreas e elaboração de pareceres técnicos por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai), subordinada ao Ministério da Justiça.

Em seu texto, o relator, que integra a bancada ruralista do Congresso, defende que a mudança nas regras permitirá maior segurança jurídica às regulamentações de tais terras a serem demarcadas – tese com a qual nem todos concordam. "Esse projeto vai contra tudo o que temos e ameaça as terras que nosso povo tenta manter durante anos", afirmou o índio Aruanã Pataxó.

Conflitos

"Se a proposta for aprovada, as demarcações ficarão inviabilizadas e o agronegócio avançará sobre as terras indígenas. Os povos tradicionais não terão mais direito às suas terras e ocorrerá um recrudescimento dos conflitos e da violência no campo", destacou nota divulgada pelo Partido Verde.

Em meio ao burburinho, o último capítulo da comissão que aprecia a proposta esta semana foi observado hoje de manhã, quando havia a possibilidade de o relatório vir a ser colocado em votação, o que não se confirmou durante a sessão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

Como a legislatura acaba agora – os últimos trabalhos da Câmara e do Senado serão realizados na próxima segunda-feira (22) –, caso não seja aprovado requerimento para autoconvocação do Congresso e se a PEC vier a ser votada, ela será arquivada. Mas a base aliada do governo e as comunidades sociais ainda acham precipitado comemorar vitória contra a ameaça representada pela matéria.

De acordo com dados do Cimi, existem no Brasil quase 900 mil índios e mais de 690 terras indígenas. Os povos nativos reivindicam, no entanto, o reconhecimento de cerca de centenas de áreas em procedimentos – que dificilmente serão ratificados se a PEC 215 for aprovada da forma como se encontra.



10 Índios encerram protestos e liberam BR-316, em Bom Jardim, no MA
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.12.2014

Bloqueio terminou após PEC 215 não ter sido votada pela Câmara.
Prazo para que a matéria seja apreciada vai até o dia 22 deste mês.

Do G1 MA

Índios Guajajaras desocuparam no começo da noite, desta quinta-feira (18), o Km 248 da BR-316, na Região do Vale do Pindaré, no Maranhão. O fim do bloqueio, iniciado na tarde de quarta-feira (17), foi realizado após Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, não ter sido votada pela comissão especial da Câmara de Deputados Federal.

A rodovia foi escolhida pelos indígenas por ter intenso fluxo de veículos, pois corta cinco estados das regiões Norte e Nordeste do país. As manifestações são parte da mobilização nacional dos índios para evitar mudanças nas leis que regulamentam a demarcação e a mineração em terras indígenas.

Como não foi apreciada até o encerramento da sessão desta quinta-feira, existe a possibilidade de arquivamento da PEC 215. No entanto, lideranças indígenas preferem não comemorar a vitória, exatamente porque, o prazo para que a PEC seja votada é até o dia 22. A partir dessa data todos os projetos que estavam em pauta e não foram votados serão arquivados.

Na prática, a PEC retira do Executivo Federal o poder de fazer demarcação de terras indígenas por meio de decreto, o que hoje acontece mediante um histórico das áreas e elaboração de pareceres técnicos por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai), subordinada ao Ministério da Justiça.



11 Pescadores protestam contra demora em investigação de morte de peixes
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.12.2014

*Categoria está preocupada que pesca na região Sul de SC seja prejudicada.
"O mar pede socorro; pescadores vão passar necessidade", diz pescador.*

Do G1 SC

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/12/pescadores-protestam-contrademora-em-investigacao-de-morte-de-peixes.html>

Os pescadores de Laguna, no Sul de Santa Catarina, protestaram contra a demora na investigação sobre a causa da morte de peixes em praias e na lagoa. Eles estão preocupados que a pesca na região seja prejudicada.

A morte de peixes continua afetando a lagoa e as praias de Laguna e também de Tubarão. A situação preocupa os pescadores artesanais, que fizeram uma manifestação na manhã desta quinta-feira (18) cobrando mais agilidade dos órgãos ambientais. O grupo diz que a pesca na região está sendo prejudicada e a causa da morte dos peixes precisa ser descoberta

"O mar está pedindo socorro, para ver se respeitam à natureza. Muitos pescadores estão morrendo de doença por essa poluição. Os pescadores vão passar necessidade", diz o pescador Benigno Fidélis. Os pescadores prometeram fazer mais mobilizações até que a causa e os responsáveis pelas mortes dos peixes sejam identificados. "Vamos montar pelo nosso movimento uma ação pública dentro do Ministério Público Federal e buscar também junto do Ministério Público Estadual os direitos dos pescadores pelo prejuízo que está causando dentro das nossas lagoas", afirma Maria Aparecida Ramos, presidente das União dos Pescadores.

A Polícia Ambiental e a Fundação do Meio Ambiente de Laguna monitoram a situação. Amostras dos peixes e da água foram analisadas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e enviadas para laboratórios em Florianópolis e Itajaí. "Estamos monitorando até para ver o que está acontecendo, as causas, o porquê que vem tendo essa mortandade de peixes e vamos tomar todas providências necessárias", diz o sub tenente Márcio Maurício, da Polícia Ambiental.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

12 Fundação Banco do Brasil investe em tecnologias sociais SÍTIO EBC, 18.12.2014

Edital para projetos feitos por comunidades extrativistas está aberto até o dia 30

[Baixar áudio](#)



Extração do látex da seringueira Extração do látex da seringueira Jan-Pieter Nap / Wikimedia Commons

O **Amazônia Brasileira** desta quinta-feira (18) recebe Presidente da Fundação Banco do Brasil (FBB), José Caetano Minchillo. Ele explica o que prevê o Ecoforte, projeto do Banco do Brasil de apoio e financiamento a fundo perdido de boas práticas desenvolvidas por comunidades extrativistas. Essas tecnologias, simples mas eficazes no que propõem, podem ser replicadas e estruturadas em outras comunidades do país com o apoio da FBB.

O prazo para inscrição vai até o próximo dia 30, e como a **Nacional da Amazônia** fala diretamente a essas comunidades fazemos um novo chamamento para que nossos ouvintes em toda a região, e em todo o Brasil, possam participar.

José Carlos Minchillo aproveita para explicar melhor o que são as tecnologias sociais, o que as diferencia de tecnologias patenteadas, e de que forma a Fundação apoia essas iniciativas, e as replica em todo o país.

O programa **Amazônia Brasileira** vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a **Rádio Nacional do Alto Solimões**, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

Produtor: Beth Begonha



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

13 Carta dos Movimentos Sociais de Povos e Comunidades Tradicionais do Campo da Esquerda Brasileira à direção do PT
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Carta à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores PT

Dos Movimentos Sociais de Povos e Comunidades Tradicionais do Campo da Esquerda Brasileira e base social do Partido dos Trabalhadores*

A presente carta apresenta a esperança dos movimentos sociais representantes de povos e comunidades tradicionais, de termos no próximo mandato petista um governo de esquerda, que apoie as lutas de todos os povos e comunidades tradicionais, base social deste partido e deste governo que entendemos como NOSSO GOVERNO!!!!

Nossas lutas se traduzem nas pautas históricas do campo brasileiro, das populações excluídas historicamente no Brasil, contra a grilagem dos nossos territórios, exploração do trabalho que muitas vezes chega a ser análogo à escravidão, apropriação dos meios de produção e violência de toda natureza.

Um governo petista deve ter coerência no tocante à sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica. Queremos caminhar juntos nessa luta com nossas lideranças petistas, mas através dessa carta viemos pontuar que não visualizamos mais as nossas lutas no PT. A vida não está fácil dentro do partido,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

as pautas sócio ambientais e das populações tradicionais de forma geral mas principalmente no tocante ao acesso aos nossos territórios tem encontrado grande dificuldade no partido e no governo petista. Mas é necessário que fique pontuado, quem constrói o governo somos nós, esse é o nosso Governo!!!!

Essa carta é um apelo ao PT para que retome suas pautas históricas em defesa dos oprimidos pelas oligarquias desde sempre dominantes dos meios de produção no Brasil. E a Presidenta agora neste segundo mandato depois deste processo eleitoral dificultoso, precisa entender melhor e representar as causas da base social do partido, afinal fomos nós que a elegemos!!

Nossos territórios estão em jogo, as áreas marinhas estão sendo leiloadas a revelia das comunidades costeiras, projetos de Lei que tramitam no congresso nacional como a PEC 215, o Código de Mineração, e o PL 7735 são ataques diretos à sobrevivência das nossas comunidades, a exemplo do Código Florestal.

Por fim apresentamos que não aceitamos o direcionamento político dado pela Ministra Isabella Teixeira no Ministério do Meio Ambiente ou do senhor Sergio Brant no ICMBio, nitidamente contrários à estruturação e emancipação social dos povos e comunidades tradicionais, que optaram pela vida nos territórios tradicionais, que se traduz na conservação da biodiversidade e todos os benefícios associados ao nosso modo de vida e produção. Não apresentamos indicações de nomes e nem pretendemos nos arriscar nesse campo que com toda certeza é prerrogativa da Presidenta que elegemos, mas não queremos inimigos dos nossos povos ocupando espaços que devem ser ocupados por companheiras(os) forjados na consciência da luta.

Seguimos em luta construindo o campo da esquerda brasileira, sempre pela base, aguardamos um retorno sobre as colocações aqui elencadas.

Brasília 26 de novembro de 2014

Assinam:

ACBANTU – Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu

Associação CEDRO – Centro de Estudos e Discussões Romani

APF – Articulação Puxirão dos Faxinalenses

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

CONAQ – Coordenação Nacional Quilombola

CONFREM – Comissão Nacional de Fortalecimento das Resex Marinhas

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Rede Cerrado e CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras – União dos Moradores da Juréia

* Carta Final do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.



14 Integrante do Projeto Arqueria Indígena do Amazonas é convocado para a seleção brasileira de Tiro com Arco

SÍTIO MAXPRESS, 19.12.2014

Pautas | LEAD |

Jovem de 17 anos do projeto da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) se apresenta no próximo dia 05 de janeiro

O atleta amazonense Dream Braga da Silva, da etnia Kambeba, localizada no rio Cueiras, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Negro, é o novo integrante da seleção brasileira de Tiro com Arco. O Arqueiro Indígena se junta a outros sete na lista de convocados pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTARCO) que deve se apresentar no dia 05 de janeiro de 2015, no Rio de Janeiro. O anúncio foi feito na última terça-feira (16/12).

Dream é integrante do projeto Arqueria Indígena, da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que conta com a parceria do Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer do Amazonas (Sejel), a Federação Amazonense de Tiro com Arco (FATARCO) e apoio da Confederação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Coipam), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND). O Projeto conta com o apoio financeiro da BEMOL, por meio da Lei do Esporte. O jovem de 17 anos pratica o esporte há apenas um ano. Iniciado em 2012, o projeto visa contribuir para a popularização da arqueria e fortalecer a imagem e autoestima das populações indígenas da Amazônia.

"Esse é mais um resultado extremamente positivo deste projeto: uma iniciativa pioneira e ousada empreendida pela FAS e instituições parcerias. Os jovens arqueiros indígenas, com menos de um ano de treinamento, ganharam medalhas de ouro (2), prata e bronze (2) no último Campeonato Brasileiro. A convocação do Dream é uma utopia se transformando em realidade. Nossa meta é participar da Olimpíada Rio-2016 e conquistar uma medalha. Isso parecia totalmente impossível quando idealizamos o projeto e agora já é uma possibilidade concreta", afirma Virgílio Viana, superintendente geral da FAS e idealizador do projeto.

A convocação vem logo após Dream participar de duas competições nacionais no Rio de Janeiro. Em uma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

delas, o 7º Campeonato Brasileiro Infantil, Cadete e Juvenil Outdoor, conquistou a medalha de bronze na Equipe Mista Arco Recurvo Juvenil.

"Dream foi o primeiro menino, da primeira seletiva nas comunidades, a ganhar o ouro. Estamos muito felizes que o nosso principal objetivo, a inclusão e integração social, está criando frutos. Para nós este já é o ouro", afirma Marcia Lot, coordenadora do projeto e caça-talentos responsável por encontrar os jovens nas comunidades do Amazonas.

A iniciativa foi aprovada na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06), na portaria que estabelece 100% de benefícios fiscais para pessoas físicas ou jurídicas ao estimularem o desenvolvimento do esporte nacional, por meio da doação para projetos desportivos e para-desportivos. O projeto conta com patrocínio do Grupo Bemol/Fogás, do Amazonas.

Sobre a FAS:

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) é uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal. Foi criada em 20 de dezembro de 2007, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco e, posteriormente, passou a contar com o apoio da Coca-Cola Brasil (2009), do Fundo Amazônia/BNDES (2010), da Samsung (2010), além de outras parcerias em programas e projetos desenvolvidos. Os dois principais programas implementados são o Programa Bolsa Floresta e o Programa de Educação e Saúde. Saiba mais: www.fas-amazonas.org.

Mais informações para a imprensa com:

Lead Comunicação - (11) 3168-1412 - www.lead.com.br

Luiz Soares - Ramal 18 - (11) 98752-4637 - luiz@lead.com.br

Janaina Franca - Ramal 21 - (11) 98449-9317 - janaina@lead.com.br



15 PEC 215 não é votada por comissão especial da Câmara e, segundo regimento, deve ser arquivada
SÍTIO CEDEFES, 19.12.2014

Fim de comissão é vitória histórica de defensores do meio ambiente, dos direitos de povos indígenas e tradicionais. Desfecho ocorre depois de duas semanas de batalhas regimentais entre parlamentares ruralistas e socioambientalistas

O Congresso finalizou, tarde da noite de ontem (17/12), as votações do ano legislativo e da atual legislatura sem que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 tenha sido votada pela comissão especial que a analisava. Com isso, de acordo com o Regimento da Câmara, a comissão deve ser extinta e o projeto arquivado, numa vitória histórica para defensores do meio ambiente, povos indígenas e tradicionais.

Com apoio da bancada do agronegócio na Câmara, a PEC pretendia transferir do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de formalizar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas. Se aprovada, significaria, na prática, a paralisação definitiva dos processos de oficialização dessas áreas protegidas, entre outros retrocessos para os direitos socioambientais.

As últimas duas semanas foram particularmente tensas para os opositores da proposta, quando parlamentares ruralistas e socioambientalistas travaram uma batalha de manobras regimentais em torno de sua tramitação ([leia mais](#)). Desde terça (16/12), os acessos ao Congresso foram restringidos. Um grande aparato policial foi mobilizado sob a ordem do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para impedir a entrada de manifestantes. Indígenas que protestavam contra a PEC foram reprimidos e seis deles foram presos ([saiba mais](#)).

O vice-presidente da comissão especial, o ruralista Nílson Leitão (PSDB-MT), reconheceu a derrota em Plenário, apesar da bancada do agronegócio dominar o colegiado. “Não conseguimos terminar o ano sem debater minimamente a PEC. Fomos derrotados de forma covarde. O presidente da comissão, Afonso Florence [PT-BA], nos enrolou toda a manhã e veio aqui sorrateiramente e encerrou a reunião”, resignou-se o deputado.

Durante boa parte da manhã, conduzindo uma reunião conturbada da comissão, Florence rejeitou pacientemente, uma a uma, as várias questões de ordem apresentadas pelos poucos deputados contrários à PEC. O petista, no entanto, ganhou tempo e irritou os ruralistas. Pouco antes do meio dia, quando faltou luz no Congresso, ele suspendeu a sessão. Os deputados tiveram de ir ao plenário da Câmara para

CONT.



acompanhar as votações da ordem do dia.

A expectativa dos ruralistas era ler e votar o substitutivo do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) assim que as votações no plenário terminassem e a reunião fosse retomada. Com o alongamento de votações complexas no plenário, Florence pediu a palavra e determinou o encerramento da reunião da comissão de lá mesmo, sob protestos de Nílson Leitão. Nos corredores da Câmara, a expectativa era de que os ruralistas tentariam uma nova manobra para realizar uma nova reunião da comissão. Eles continuaram pressionando Alves e Florence a voltar atrás e para tentar votar o relatório de PEC até tarde da noite, mas, já com o Congresso esvaziando-se, não tiveram sucesso.

Eles precisariam apreciar o substitutivo de Serraglio no máximo até amanhã. Em geral, os parlamentares deixam Brasília para voltar aos seus estados no máximo até quinta na hora do almoço. O recesso parlamentar está previsto para começar na próxima segunda (22/12).

Do lado de fora do Congresso, um grupo de mais de 50 índios passou o dia em protesto contra a PEC, cantando e dançando, impedido de entrar no prédio por um grande contingente de policiais. Não houve incidentes durante todo o dia.

“Essa foi realmente a vitória de 2014, num momento em que não víamos a possibilidade de vencermos, diante dos votos e das manobras ruralistas”, comemorou Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Ela ressaltou a importância da união de parlamentares aliados, organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas na luta contra a PEC.

Arquivamento

“O artigo 105 do Regimento da Câmara determina que os projetos devem ser arquivados ao final da legislatura caso não sejam aprovados por todas as comissões pelas quais precisam tramitar”, explica Maurício Guetta, advogado do ISA.

Ele aponta, no entanto, que os ruralistas ainda podem tentar uma manobra regimental objetivando o não arquivamento da PEC, ainda neste ano, ou o seu desarquivamento, no início da próxima legislatura. Guetta prevê que eles seguirão tentando aprovar propostas contrárias ao meio ambiente e aos direitos de povos indígenas e tradicionais.

Fonte: ISA



16 “Passeio na Aldeia” já está disponível online!
SÍTIO CEDEFES, 19.12.2014

Cartilha “Passeio na Aldeia” já está disponível online!

“Passeio na Aldeia” já está disponível online!

Link: <http://www.pinaindios.org/?p=77>

Site: <http://www.pinaindios.org>

“Passeio na Aldeia” é uma publicação para o público infanto-juvenil, com temática indígena que foi lançada na quinta-feira, 27 de novembro na ocasião do Encontro Cultural Especial da ANAÍ no Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA.

A publicação é uma iniciativa da Anaí-Associação Nacional de Ação Indigenista, através de seu Ponto de Cultura Pinaíndios – Culturas em Rede, que apresenta “Passeio na Aldeia”, uma história inspirada da cartilha “Recontando a História dos Índios no Brasil”, publicada em 1992 pela Anaí.

Esta nova edição é voltada também para o público infanto-juvenil e mostra, através da história de duas crianças, uma indígena e a outra não indígena, uma visão do que é ser índio hoje. Esta iniciativa se adequa aos objetivos do Ponto de Cultura Pinaíndios – Culturas em Rede, com os quais buscamos através de atividades promover o diálogo intercultural entre os povos indígenas e a sociedade brasileira, no intuito de diminuir o preconceito e o abismo sociocultural que separem esses povos dos demais segmentos sociais.

Esperamos então colaborar para que nossos leitores, principalmente as crianças, tenham uma visão mais próxima das realidades das aldeias indígenas contemporâneas. Através do “Passeio na Aldeia”, aprendemos que há uma grande diversidade de povos indígenas no Brasil e muitos deles estão na Bahia.

A Anaí – Associação Nacional de Ação Indigenista é uma organização não-governamental com sede em Salvador, Bahia, dedicada à defesa e à promoção dos direitos dos povos indígenas, de sua autodeterminação e valores culturais, e, de modo mais amplo, ao reconhecimento e ao respeito à sociodiversidade e à diversidade cultural do Brasil.

FICHA TÉCNICA ANAÍ

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

Presidente:

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

Vice-Presidente: Cloves Macêdo Neto

Secretário do Conselho Diretor: José Augusto Laranjeiras Sampaio

Diretores: Ricardo Pamfílio Sousa e Avelar Araujo Santos Junior

PONTO DE CULTURA PINAÍNDIOS-CULTURAS EM REDE

Organização cartilha:

Hugo Prudente

José Augusto Laranjeiras Sampaio

Nathalie Le Bouler Pavelic Santos

Ricardo Pamfílio de Sousa

Thaís Brito

Arte, Design Gráfico e Editoração:

Wallace Nogueira

Colaboração:

Avelar Araujo Santos Junior

Cloves Macedo Neto

Edite Diniz

Jaborandy Tupinambá

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

Sarah Siqueira de Miranda

Fonte: nathaliepavelic@anai.org.br

17 Índia é resgatada de aldeia isolada no AP em helicóptero da FAB; veja fotos
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 19.12.2014

Resgate foi em aldeia em Serra do Navio, a 203 quilômetros de Macapá.

Operação da FAB com aeronave encurtou viagem de cinco dias.

Abinoan Santiago

Do G1 AP



Índigena foi içada com militares até aeronave (Foto: Divulgação FAB)

Militares da Força Aérea Brasileira (FAB) resgataram uma índia de 47 anos da aldeia Jiriru'Wry, em Serra do Navio, a 203 quilômetros de Macapá. A localidade é isolada e fica às margens do rio Amapari. De acordo com a FAB, a indígena sofreu queimaduras de segundo grau nas pernas durante um acidente com óleo quente.

O resgate com uso da aeronave, um helicóptero H-36 Caracal, foi necessário por causa do isolamento da comunidade indígena. O posto de saúde mais próximo fica a uma distância equivalente a cinco dias de caminhada no meio da selva.

CONT.



Aldeia fica isolada às margens do Rio Amapari (Foto: Divulgação FAB)

A aeronave é do Esquadrão Falcão, de Belém, no Pará. Os militares fizeram o percurso com a indígena em poucas horas até o posto de saúde. Devido ao difícil acesso, o helicóptero não conseguiu pousar na aldeia e teve que sobrevoar a região. Um guincho foi utilizado para resgatar a paciente.

“Fomos acionados pela Funai [Fundação Nacional do Índio] para atender ao chamado. Mas como o local era de difícil acesso, nós tivemos que sobrevoar a área antes de parrar a aeronave”, disse o tenente Adriano Takeo Oba.

A paciente foi levada ao Aeroporto Internacional de Macapá e foi entregue às equipes da Casa de Saúde Indígena. Ela foi medicada e passa bem.



Índia se queimou com óleo quente nas pernas (Foto: Divulgação FAB)



18 UFOPA abre inscrições do Processo Seletivo Especial 2015

SÍTIO SEJA BIXO!, 19.12.2014

Já estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Especial 2015, destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). No total, a Universidade ofertará 65 vagas para candidatos indígenas e 65 vagas para candidatos quilombolas.

Gratuitas, as inscrições serão realizadas até o dia 20 de janeiro de 2015, no endereço eletrônico www.ufopa.edu.br/pse2015/public. Para homologar a inscrição, o candidato deve entregar sua documentação nos câmpus da UFOPA, até o dia 20 de janeiro de 2015, inclusive a declaração de autorreconhecimento e a declaração de pertencimento, emitida e assinada por autoridade indígena ou quilombola, a depender do caso.

A divulgação das inscrições homologadas acontecerá no dia 23 de janeiro de 2015. Já o Cartão de Confirmação de Inscrição estará disponível, no endereço eletrônico do PSE 2015, para impressão a partir do dia 24 de janeiro de 2015.

Os candidatos que possuem curso superior concluído ou que estejam vinculados ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) não poderão concorrer às vagas destinadas ao PSE.

Mais informações sobre o PSE 2015 na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN), situada no Câmpus Amazônia, em Santarém (PA), pelo telefone (93) 2101-6756 ou pelo e-mail pse2015ufopa@gmail.com.

Indígenas - O Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) da UFOPA dar-se-á em duas etapas, ambas de caráter classificatório e eliminatório. A primeira consiste de prova de leitura e de interpretação de textos a ser realizada no dia 31 de janeiro de 2015, das 8 às 12 horas, nos municípios de Jacareacanga, Oriximiná e Santarém. A segunda consistirá de entrevista e análise do histórico escolar do ensino médio dos candidatos não eliminados na primeira fase.

Quilombolas - Já o Processo Seletivo Especial Quilombola (PESQ) será realizado nos municípios de Oriximiná, Óbidos e Santarém no dia 31 de janeiro de 2015, de 8h às 12h. A seleção de candidatos quilombolas será através de prova de leitura e interpretação de textos, com cinco questões sobre temas atuais da problemática regional, valendo dez pontos no total. O resultado será divulgado no dia 24 de fevereiro de 2015 no sítio da UFOPA.

19 Incra declara área quilombola no Pará
SÍTIO INCRA, 19.12.2014



Portaria publicada no [Diário Oficial da União](#) desta quinta-feira (18) declara uma área de 10.026,1608 hectares em favor de 149 famílias da Comunidade Quilombola Gurupá, localizada no município de Cachoeira do Arari (PA), no Arquipélago do Marajó. A portaria, assinada pelo presidente do Incra Carlos Guedes é acompanhada de memorial descritivo que relaciona as coordenadas da área.

Quilombo de Gurupá

No início de dezembro deste ano, o Conselho Diretor do Incra julgou improcedente o recurso administrativo interposto pelo sócio-proprietário da Fazenda São Joaquim (onde se localizam as Terras Gurupá), Liberato Magno da Silva Castro, mantendo assim o posicionamento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade, elaborado pelo corpo técnico do Incra, e da Coordenação Geral de Regularização dos Territórios Quilombolas (DFQ), vinculada à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra.

A Comunidade

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

As chamadas Terras Gurupá se referem à doação feita ao escravo Luiz Antônio Batista da Silva (em 1853), que posteriormente adquiriu mais terras na região, configurando o que a comunidade chama hoje de “Terras Gurupá dos Batistas”. Com a regularização das terras doadas em nome de outros proprietários, o grupo acabou perdendo acesso para os locais de extrativismo e acesso a recursos naturais, já no século XX, culminando em conflitos fundiários.

Atualmente a comunidade conjuga a produção de roças, extrativismo e manejo de açai e palmito e a pesca em três ambientes naturais: várzea, igapó e terra firme.

20 Ato contra PEC 215 que altera a demarcação de terras indígenas será nesta sexta-feira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Os manifestantes querem manter a vigília para que a PEC 2015 não seja desarquivada na próxima legislatura ou que outras propostas semelhantes não sejam apresentada Foto: Reprodução/Ilustração

Esta manifestação faz parte de uma mobilização nacional e será realizada mesmo com o arquivamento da PEC 2015, que ocorreu nesta semana, devido a falta de votação do relatório na Comissão Especial que tratava do assunto

Leide Laura Meneses – [MS Notícias](#)

Acontece hoje, a partir das 8hs, na Praça do Rádio Clube, ato contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que altera a competência final da demarcação das terras indígenas, transferindo ao Congresso Nacional a prerrogativa, que hoje é do Poder Executivo, o que tornaria a demarcação parcial, pois a maior bancada de parlamentares faz parte da bancada ruralista.

Esta manifestação faz parte de uma mobilização nacional e será realizada mesmo com o arquivamento da PEC 2015, que ocorreu nesta semana, devido a falta de votação do relatório na Comissão Especial que tratava do assunto.

CONT.



Os manifestantes querem manter a vigília para que a PEC 2015 não seja desarquivada na próxima legislatura ou que outras propostas semelhantes não sejam apresentadas. O entendimento do movimento é que os direitos dos povos indígenas conquistados na Constituição de 88, sofrerão um enorme retrocesso com mudança na forma de decidir sobre as demarcações de terras dos povos tradicionais.

Participam da organização do ato o Coletivo Terra Vermelha e as entidades MST, CUT, COPAI/OAB, CIMI, CDDH, CACISO, CUT, FETEMS, CEDAMPO, CONDISI/MS, CONSELHO TERENA, CONSELHO ATY GUASU, TPT e NÚCLEO INDÍGENA do PENUD/ODM MS.

Segue documento veiculado pela Mobilização Indígena Nacional:

Nós lideranças de povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, reunidos em Brasília-DF, para manifestar o nosso repúdio ao processo de supressão dos nossos direitos fundamentais, coletivos e originários, operado ostensivamente, por distintas instituições do Estado Brasileiro, notadamente pelo Congresso da República, sob olhar omissivo e conivente do Poder Executivo e setores do Poder Judiciário, viemos junto à opinião pública nacional e internacional denunciar:

1. A truculenta atuação das forças policiais – Legislativa, Polícia Militar (PM) e Força Nacional-, que além de impedir o nosso acesso ao Congresso Nacional considerado a casa do povo, agem contra o estado de direito, o regime democrático, com abuso de autoridade, reprimindo, intimidando, ameaçando e detendo arbitrariamente parentes nossos, como aconteceu na última terça-feira, 16 de dezembro, quando a PM capturou no acesso principal do Ministério da Justiça quatro lideranças e outras duas na BR-040 quando de noite voltávamos ao espaço onde nos alojávamos.

2. A bancada ruralista, na sua maioria herdeiros dos invasores do território hoje chamado Brasil e dos algozes dos nossos povos no período da ditadura, querem de todas as formas suprimir os nossos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, legalizando a usurpação, o esbulho e espoliação que secularmente vem praticando contra as poucas terras que nos restaram nesses 514 anos de invasão.

3. Os ruralistas, muitos deles financiados pelas corporações do agronegócio, frigoríficos, indústria armamentista e empreiteiras, entre outros, a partir de 2011, principalmente, tem feito de tudo para modificar, conforme seus interesses, o texto constitucional que garante os nossos direitos, por meio de iniciativas legislativas como a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 215 de 2000, o PL sem número proposto pelo senador Romero Jucá que altera o Artigo 231, parágrafo sexto, a PEC 237 que trata do arrendamento das terras indígenas e o Projeto de Lei Complementar 227, que tem o mesmo propósito do

CONT.



PL do dito senador.

4. *O governo da Presidente Dilma, mesmo tendo se declarado contrário à PEC 215, pouco tem feito para conter esta temerosa ofensiva, que no atual momento se configura como um plano genocida, de extermínio dos nossos povos, pois com seu peculiar silêncio mostra concordar que os nossos direitos territoriais sejam suprimidos, apesar de que na “Carta aos Povos Indígenas do Brasil”, publicada pela então candidata nas últimas eleições, tenha afirmado trabalhar visando “novos avanços, particularmente na demarcação das terras indígenas, dentro dos marcos da nossa Constituição”.*

5. *Declarações dessa natureza se tornam vazias quando o governo se omite de orientar a sua bancada de sustentação para conter os ataques sistemáticos aos direitos indígenas no Congresso Nacional e quando toma a determinação de suspender o processo de demarcação das terras indígenas, pois assim parece concordar com os objetivos dos ruralistas de invadir, explorar e mercantilizar os nossos territórios e suas riquezas, para o qual querem interferir nos processos de demarcação, reabrir processos concluídos e parar totalmente os processos de demarcação.*

Jamais a presidente Dilma diria para os povos indígenas o que falou para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na posse de sua presidente senadora Kátia Abreu: “Quero a CNA ao meu lado... Proponho mais que isso. Quero o produtor rural tomando decisões junto comigo, participando do governo e atuando diretamente na definição de novas políticas”. Isso para uma entidade que considera os povos indígenas e quilombolas empecilhos ao “desenvolvimento”.

6. *Diante deste quadro de ameaças e ataques, reafirmamos a nossa determinação de continuar em luta para defender os nossos direitos, para o qual esperamos contar com o apoio de outros movimentos e organizações sociais e da opinião pública nacional e internacional, exigindo do Estado brasileiro a efetivação das seguintes reivindicações:*

- *Demarcação de terras indígenas, com dotação orçamentária necessária. Há um passivo de mais de 60% de áreas não demarcadas.*
- *Proteção, fiscalização e desintrusão das terras indígenas, assegurando condições de sustentabilidade aos nossos povos.*
- *Inviabilizar iniciativas legislativas (PECs, PLs) que buscam suprimir os direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal, em favor de uma agenda positiva.*
- *Aprovação do projeto de lei e efetivação do Conselho Nacional de Política Indigenista, instância deliberativa, normativa e articuladora de políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de*

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

governo.

- *Aplicação da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todos os assuntos de nosso interesse.*
- *Implementação efetiva do Subsistema de Saúde Indígena, através do fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) para superar o atual quadro de caos e abandono.*
- *Garantia de acesso à educação de qualidade, específica e diferenciada, nas aldeias, na terra indígena ou próxima a ela.*
- *Garantir a participação de indígenas no Conselho Nacional de Incentivo à Cultura e a criação de instância específica para atender as demandas das nossas culturas.*
- *Compromisso com o fim da criminalização, o assassinato e a prisão arbitrária de lideranças indígenas que lutam pela defesa dos direitos territoriais de seus povos. Nesse sentido exigimos a imediata soltura das nossas lideranças que foram presas, no dia de ontem, apenas por se manifestarem contra a inconstitucional PEC 215.*

Mobilização Indígena Nacional

Brasília – DF, 17 de dezembro de 2014.



21 A derrota da PEC 215 é uma vitória da sociedade brasileira
SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 19.12.2014

Leia a nota institucional do ISA sobre a Proposta de Emenda Constitucional 215/2000

Na quarta passada (17/12), o Congresso Nacional finalizou as votações do ano legislativo sem que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 tenha sido votada pela comissão especial que a analisava. Com isso, de acordo com o Regimento da Câmara, a comissão deve ser extinta e a PEC arquivada na virada do ano.

O iminente arquivamento da PEC é uma vitória histórica da sociedade brasileira. A PEC pretendia transferir do governo federal para o Legislativo a prerrogativa de formalizar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas, entre outros retrocessos para os direitos socioambientais. Se aprovada, significaria, na prática, a paralisação definitiva dos processos de oficialização dessas áreas protegidas, fundamentais à garantia dos direitos de populações indígenas e tradicionais; à conservação de biomas ameaçados, como a Amazônia e o Cerrado; e à mitigação das mudanças climáticas.

O ISA gostaria de cumprimentar todos os povos e organizações indígenas e tradicionais, na figura da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e da Coordenação das Comunidades Quilombolas (Conaq), por essa conquista fundamental. Essa vitória só foi possível por uma ampla articulação realizada entre essas entidades e parceiros, como o ISA, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Greenpeace Brasil, o WWF Brasil, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o Gota no Oceano e o Mídia Ninja, entre outras organizações que se engajaram nessa luta.

O ISA também saúda e agradece os parlamentares que tiveram papel fundamental na batalha contra a PEC: deputados Alessandro Molon (PT-RJ), Chico Alencar (PSOL-RJ), Glauber Braga (PSB-RJ), Ivan Valente (PSOL-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Janete Capiberibe (PSB-AP), Jean Willys (PSOL-RJ), José Luiz Penna (PV-SP), Sarney Filho (PV-MA), Padre João (PT-MG), Padre Ton (PT-RO), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), entre outros.

Cumprimentamos também o presidente da comissão especial, deputado Afonso Florence (PT-BA), pela condução ética e imparcial da tramitação da PEC, que permitiu que o resultado final refletisse os anseios da sociedade brasileira.

Apesar da importante conquista contra a PEC, a conjuntura segue desafiadora para os povos indígenas e tradicionais e para todos aqueles que defendem o meio ambiente. Em 2015, a tendência é que continuem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

os ataques aos direitos dessas populações e à biodiversidade brasileira, em especial no Congresso, inclusive com uma possível tentativa de desarquivar a PEC ou ressuscitar seu conteúdo em outra proposta.

É fundamental que organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas e todos os setores da sociedade continuem unidos na defesa da diversidade socioambiental brasileira e da Constituição!



Mídia Ninja



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

22 Situação de calamidade pública: povos Canela do Maranhão em situação de risco
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Nas aldeias Escalvado e Porquinhos, entre os dias 25/11 e 16/12, 19 indígenas morreram e mais de 10% da população, 310 pessoas, está internada.

[Centro de Trabalho Indigenista](#)

A quem cabe a responsabilidade desta situação? Quem deve ser processado por esse homicídio doloso?

Por que o provável surto do vírus A/H1N1, comumente conhecido como gripe suína, e coqueluche fugiu ao controle da SESAI, Ministério da Saúde?

Estes não são índios isolados, sem imunidades às nossas doenças e que morriam como moscas quando do contato. São povos com mais de 250 anos de contato com a sociedade nacional, que já passaram pelas epidemias de sarampo e tuberculose. Convivem, como o povo do sertão, com as mazelas da região. Para se chegar a um quadro deste estão abandonados há muito.

A exiguidade territorial que os obriga a viver confinados em praticamente uma aldeia na TI Kanela, onde vivem quase 2.100 pessoas e 800 pessoas na TI Porquinhos, contribuiu para que o vírus se espalhasse rapidamente. O que o Ministério Público vai fazer?

CONT.



Para saber:

Um provável surto do vírus Influenza A/H1N1, comumente conhecida como gripe suína, e de Coqueluche está acometendo os povos Apanjekrá-Canela e Ramkokamekrá – Canela, da TI Porquinhos e TI Kanela no Maranhão, municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda. Os primeiros casos da gripe ocorreram em 26 de novembro na aldeia Escalvado – TI Kanela, com o óbito de duas crianças e internação de mais três crianças nos hospitais de Barra do Corda e Imperatriz. Uma semana depois, no dia 03 de dezembro, outros 27 casos foram identificados na aldeia Porquinhos – TI Porquinhos.

O Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI-MA) enviou uma equipe médica, juntamente com profissionais da Vigilância Epidemiológica e do Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Maranhão para prestar o devido serviço de atendimento à saúde indígena e realização de exames conclusivos para confirmação do diagnóstico sob suspeita.

Mas, atenta ao drástico quadro de saúde dos povos Canela, a FUNAI – Coordenação Regional Araguaia e Tocantins, alertada pelo Conselho de Direitos Humanos do Estado do Maranhão e em diálogo com lideranças indígenas, servidores locais e com a coordenadora do Polo Base de Saúde de Barra do Corda, mobilizou equipe técnica própria para averiguar a grave situação de saúde. A equipe da FUNAI concluiu que as informações repassadas pela coordenação do Pólo Base de Saúde estavam em completo descompasso com o quadro real encontrado, isto é:

- i) a situação não estava sob controle;
- ii) a equipe médica multidisciplinar formada por um médico, duas enfermeiras e dois técnicos de enfermagem é insuficiente para o atendimento necessário;
- iii) a estrutura de atendimento é precária, dispondo, por exemplo, de apenas um veículo para remoção dos enfermos;
- iv) que os indígenas internados no Pólo Base de Saúde de Barra do Corda eram alimentados apenas com um refeição por dia;
- v) que a prevenção e vacinação dos indígenas durante o corrente ano não foi realizada em razão do envio de medicamentos com data vencida.

Na aldeia Escalvado – TI Kanela, os sintomas do vírus se fazem presentes em crianças de 450 famílias. Já na aldeia Porquinhos – TI Porquinhos, crianças de 56 famílias são alvo de tratamento. A equipe médica local vem administrando medicamentos para o combate aos sintomas. Contudo, os medicamentos, a

CONT.



infraestrutura para atendimento e equipe técnica – que tem trabalhado à exaustão, fazendo 132 consultas por dia – não é suficiente para prestar o devido atendimento ao conjunto dos enfermos. São necessários mais médicos, técnicos de enfermagem, medicamentos, viaturas e medicamentos para conter o cenário. Segundo os dados da saúde, vieram a óbito 09 indígenas, entre os dias 25 de novembro e 16 de dezembro, informação esta considerada subestimada pelos Canela que apresentam o número de 19 indígenas falecidos nesse período. Além destes dados, 310 indígenas são foco de tratamento.

A FUNAI por meio da sua Coordenação Regional do Araguaia e Tocantins vem solicitando, em caráter de urgência, o apoio do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI para fortalecer a equipe local e a estrutura de atendimento, de modo a fazer frente ao gravíssimo quadro de saúde.

Para entender a crise:

Informações:

Os Apanjekrá e Ramkokamekrá vivem uma situação semelhante em relação às condições do sistema de atendimento à saúde, sob a responsabilidade do DSEI do Maranhão. Este DSEI compreende dois complexos socioculturais e linguísticos completamente distintos: os povos de língua Tupi – os Awá-Guajá, povo de recente contato, os Urubu-kaapór e os Tenetehara, conhecidos como Guajajara, que representam quase 80% desse total; e os falantes da língua Jê-Timbira, representados no Maranhão pelos povos Krikati, Gavião, Krenjê, Apanjekrá e Ramkokamenkrá.

O Polo-Base de referência dos Apanjekrá e Ramkokamekrá está localizado no município de Barra do Corda, à 440 km de São Luís do Maranhão, sede do Distrito Sanitário. No referido Polo-Base é oferecido atendimento primário (município referência tipo 1), o quadro de profissionais conta com agentes indígenas de saúde/AIS; agentes indígenas de saneamento básico/AISAM; técnicos de enfermagem; enfermeiras, odontólogo, motoristas e técnicos administrativos, mas não há médicos contratados.

A situação:

A Casa de Saúde Indígena – CASAI – Apanjekrá está em péssimo estado e a Ramkokamekrá foi desativada. Nas aldeias ficam permanentemente os AIS, o AISAM, sem formação continuada e técnico de enfermagem. As farmácias/posto de saúde funcionam em prédios velhos e sem nenhuma infraestrutura de atendimento. Situação esta que será mote de solenidade a ser realizada – em meio à crise – para inauguração de nova

CONT.



estrutura do posto de saúde da aldeia Escalvado pelo chefe do DSEI-MA e Prefeito de Fernando Falcão. Mais do que uma piada de mau gosto, trata-se de uma escancarada manobra política.

A precariedade dos postos de saúde estão para além da infra estrutura. Os medicamentos existentes, nem todos dentro dos prazos de validade, são principalmente analgésicos e antibióticos. Não são fornecidos todos os medicamentos que os técnicos julgam necessários e não há instrumentos cotidianos básicos para suturas, medidas de pressão arterial, soro antiofídico, etc. E, não há qualquer diálogo entre o sistema de atendimento à saúde do órgão oficial responsável e o sistema de medicina tradicional dos Apanjekrá e Ramkokamekrá, o que cria conflitos em relação aos tratamentos.

Histórico recente do descaso:

Em 2003, quando o órgão responsável pela saúde indígena era a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA, foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta/TAC entre a FUNASA e os povos indígenas do Maranhão para a estruturação e melhoria do atendimento à saúde.

Em 2008 o Ministério Público esteve presente nas TIs Porquinhos e Kanela para a realização de um levantamento da situação de saúde em diálogo com o cumprimento das determinações do TAC – situação esta inalterada.

Em 2010 com a reformulação da gestão da saúde indígena e criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, houve um sopro de esperança que logo se dissipou. As comunidades de ambas as Terras Indígenas seguem atestando a profunda insatisfação com o atendimento prestado e com a manutenção de funcionários não desejados no quadro que, a despeito do desempenho profissional contestado em razão do mal uso de viaturas e dos recursos financeiros destinados para o serviço em questão, seguem contemplados por contratos de trabalho vinculados aos convênios firmados pelo Ministério da Saúde junto à Missão Evangélica Caiuá para o atendimento de saúde a esses povos. A Missão Caiuá é vinculada à Igreja Presbiteriana do Brasil, com sede em Dourado-MS e com representação em São Luis. Desde novembro de 2011 a Missão tem a responsabilidade administrativa de 17 dos 34 Distritos existentes, o que totaliza 62% dos DSEIs do Brasil.

Em 2012, este descaso histórico do atendimento oficial à saúde aos Apanjekrá-Canela e Ramkokamekrá – Canela foi alvo de mobilização política das lideranças que acionaram o Ministério Público Federal, via Procuradoria da República no Maranhão, para protocolar denúncias sobre a drástica situação de saúde desses povos atrelada ao completo sucateamento da infra estrutura de atendimento e à atuação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

truculenta de profissionais contratados. Esta articulação resultou numa reunião entre representantes do MPF, DSEI-MA e lideranças Canela para encaminhar soluções concretas para a melhoria da política de atendimento saúde, como: a oficialização de novos representantes no Conselho Distrital de Saúde Indígena/CONDISI para o controle social efetivo das ações prestadas pelo DSEI-MA, a renovação dos quadros administrativos e técnicos, o pleno funcionamento do Pólo-Base e CASAls estruturadas e independentes para cada povo.

Desde então dois anos se passaram e o sistema de atendimento à saúde aos Apanjekrá e Ramkokamekrá, antes ruim, atingiu um nível drástico e calamitoso com o atual quadro de óbitos e tratamento precário no presente contexto de surto de Influenza A/H1N1 – situação esta resultante do contínuo descaso e negligência da política de saúde indígena executada junto a esses povos. Eis a pergunta: Ministério Público, quem vai ser processado por homicídio doloso? O DSEI – MA? A Missão Caiuá? O Ministério da Saúde?

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Isabel Carmi Trajber.

23 Mulheres quilombolas do ES denunciam sofrer racismo ambiental
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Foto: Fabíola Melca/ FASE

Cerca de 80 mulheres quilombolas realizaram o 1º Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas do ES. Em carta política, fizeram denúncias e reivindicações

Fase*

Mulheres quilombolas dos municípios capixabas de São Mateus, Conceição da Barra, Ibiraçu, Santa Leopoldina, Guarapari, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim e Presidente Kennedy participaram do 1º Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas, que faz parte do projeto conveniado entre o programa da FASE no Espírito Santo e a Secretaria Especial de Promoção de Política de Igualdade Racial (Seppir). O evento ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro em São Mateus. Mística, música clássica, intervenção artística e cinema fizeram parte da pauta.

Compareceram mais 80 mulheres de várias idades, que fizeram do encontro um espaço de proposta e

CONT.



cobrança pela aplicação das políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas especificamente para as mulheres. A carta política do encontro, assinada pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba e Comissão Estadual das Mulheres Quilombolas do ES , denuncia a realidade das mulheres nos territórios tradicionais no estado. “Nestes dias confirmamos que as mulheres e as comunidades quilombolas como um todo continuam sendo invisibilizadas e sofrendo diversas formas de discriminação como a institucional e o racismo ambiental. As injustiças que recaem sobre as nossas vidas, comprometem o futuro das nossas próximas gerações”, pontua o texto, que foi protocolado no Ministério Público Federal (MPF).



Foto: Fabíola Melca/ FASE

Temas e propostas

As atividades do encontro debateram os seguintes temas: Território, Produção, Comercialização e Segurança Alimentar, Organicidade dos Grupos Comunitários, Estratégia e Direitos das Mulheres Quilombola, Saúde da Mulher Quilombola, Cultura, e Educação Quilombola. Sobre a geração de emprego e renda para autonomia das quilombolas, um dos desafios apontados foi o registro legal da produção de alimentos realizada pelas mulheres . Isso as auxiliaria nas vendas, bem como na inclusão no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Além disso, ajudaria na comprovação do tempo de trabalho para a aposentadoria. As mulheres quilombolas também reivindicam um ensino coerente com a realidade dos (as) quilombolas e que as diretrizes da educação quilombola sejam aplicadas na prática, assim como a Lei 10639 de 2003, que torna obrigatório nos currículos escolares o ensino da história da África. Elas alertaram ainda sobre o enfrentamento à violência doméstica sofrida pelas mulheres quilombolas. Para quebrar o silêncio, foi

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

incentivada a denúncia via Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher. Outro ponto destacado foi a necessidade em se fazer funcionar a Política Nacional de Saúde da População Negra. Elas pontuaram, por exemplo, que é urgente o estudo de casos da doença e anemia falciforme, miomas, câncer de colo de útero e mamas entre as mulheres de comunidades quilombolas.



Foto: Fabíola Melca/ FASE

Racismo Ambiental

Entre diversos pontos, a Carta Política do evento destaca que grandes empreendimentos poluidores colocam em risco os territórios das comunidades quilombolas, o que provoca o racismo ambiental, ou seja, injustiças sociais e ambientais que recaem sobre grupos étnicos historicamente vulnerabilizados.

“A força do grande capital ameaça cada vez mais nossa permanência em nossas terras e assim como outros territórios tradicionais somos tidos como as últimas fronteiras para a expansão destes grandes projetos como o agronegócio dos monocultivos de eucalipto, cana, mineradoras e petroleiras. A PEC 215 é um exemplo de como o Estado vem se mostrando muito mais comprometido com estes projetos do que com os povos e comunidades tradicionais”, afirma o texto. *

*Colaboraram nesse texto Selma Dealdina, da Comissão Estadual de Mulheres Quilombolas do ES, e Fabíola Melca, consultora da FASE no ES.

Leia Carta Política completa abaixo:

CARTA POLÍTICA DO I ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE MULHERES QUILOMBOLAS

CONT.



Nós mulheres quilombolas do ES de várias gerações, dos municípios de Presidente Kennedy, Itapemirim, Cachoeiro do Itapemirim, Ibiraju, Santa Leopoldina, Guarapari, São Mateus e Conceição da Barra, representantes da CONAQ de MG e PI, companheiros homens e de organizações de apoio, nos reunimos em São Mateus nos dias 11 e 12 de dezembro de 2014 no I Encontro Estadual de grupos comunitários de mulheres quilombolas.

Somos agricultoras, pescadoras, feirantes, rezadeiras, benzedadeiras, jongueiras, artistas, professoras, agentes de saúde, vereadoras, ativistas, mães, cuidadoras.... que temos os nossos saberes, experiências e direitos violados e desrespeitados pelo machismo representado sobretudo pelas grandes empresas e também pelo Estado.

Nestes dias confirmamos que as mulheres e as comunidades quilombolas como um todo continuam sendo invisibilizadas e sofrendo diversas formas de discriminação como a institucional e o racismo ambiental. As injustiças que recaem sobre as nossas vidas, comprometem o futuro das nossas próximas gerações.

Nenhuma das 100 comunidades quilombolas identificadas no ES, 68 reconhecidas e 38 certificadas, foi ainda titulada. A força do grande capital ameaça cada vez mais nossa permanência em nossas terras e assim como outros territórios tradicionais somos tidos como as últimas fronteiras para a expansão destes grandes projetos como o agronegócio dos monocultivos de eucalipto, cana, mineradoras e petroleiras. A PEC 215 é um exemplo de como o Estado vem se mostrando muito mais comprometido com estes projetos do que com os povos e comunidades tradicionais.

Repudiamos também as diversas ameaças às conquistas do movimento quilombola, como é o caso da ADIN ao Decreto 4.887-03 que está sendo julgado neste momento pelo STF.

Nossos projetos, sonhos e tradições não são considerados e reconhecidos pelo poder público, empresas ou organizações. Muitos dos projetos que chegam as comunidades são construídos para as comunidades quilombolas, sem elas.

Sabemos que não podemos ficar esperando pelo Estado para ter nossos projetos implantados. Reafirmamos a importância da mobilização, da organização comunitária, do trabalho de base pela Coordenação Estadual e da ocupação nos espaços de controle social como os Conselhos estaduais e municipais.

As retomadas dos territórios pelos quilombolas são exemplo de iniciativas de extrema importância para a permanência do nosso povo na região e da transmissão da nossa cultura tradicional.

Exigimos:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

A demarcação e titulação dos territórios quilombolas;

Mecanismos de acesso às informações sobre os direitos quilombolas;

Fiscalização dos serviços básicos para as comunidades quilombolas Garantia de vagas para os quilombolas nos Conselhos municipais e estadual Criação e difusão de editais específicos para a cultura quilombola Implementação do Plano Nacional da Saúde da População Negra;

Estudo e identificação nas comunidades de casos da doença e anemia falciforme, miomas, câncer de colo de útero e mamas;

Construção de postos de saúde nas comunidades;

Capacitação específica para os professores quilombolas e para os que trabalham com alunos quilombola;

Construção, ampliação das escolas quilombolas abrangendo da educação infantil ao ensino médio;

Implementação das Diretrizes da Educação Escolar Quilombola nas escolas das comunidades e nas escolas que recebem estudantes quilombolas;

Editais preferencialmente para atender professores das comunidades quilombolas;

Espaços de cultura e lazer nas comunidades quilombolas, como parquinhos, quadras, campo de futebol e telecentros;

A produção quilombola disponibilizada para a alimentação escolar nas comunidades Transporte para comercialização e escoamento da produção quilombola.

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba

Comissão Estadual das Mulheres Quilombolas do ES



Boletim de Notícias - Edição nº 227/ 2014

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

24 APIB: Carta de Agradecimento pela defesa dos direitos dos povos indígenas do Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



À todos e todas os/as aliados e aliadas dos povos indígenas no Brasil e no mundo

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e as lideranças indígenas mobilizadas na semana de 15 a 19 do presente contra as aberrações legislativas de supressão dos direitos indígenas, especialmente territoriais, orquestradas principalmente pela bancada ruralista do Congresso Nacional, vem por meio da presente agradecer profundamente a todos e todas os aliados e aliadas da causa indígena no Brasil e em todas as partes do mundo – entidades indigenistas, socioambientais e de direitos humanos, movimentos e organizações sociais, instituições acadêmicas, partidos políticos, parlamentares e outras iniciativas, inclusive individuais – que se solidarizaram conosco e contribuíram das mais diversas formas na defesa dos nossos direitos gravemente ameaçados sobretudo neste final de ano.

Os acontecimentos desta semana, demonstraram que só a luta, a mobilização e pressão bem articuladas possibilitam impedir que as forças do capital, das classes hegemônicas, dos aparatos de repressão e de outras instâncias do Estado imponham sua vontade contra o Estado Democrático de Direito, o regime democrático e o caráter multiétnico e pluricultural do Brasil.

Os povos indígenas demonstraram que jamais admitirão, inclusive sacrificando a própria vida, que a recolonização, usurpação e espoliação de seus territórios sejam consumados, em favor da indústria extrativa, do agronegócio e do neodesenvolvimentismo defendido pelas elites e o atual governo, e que só favorecem e visam o lucro, o enriquecimento e consumo exacerbado de uns poucos, descendentes de

CONT.



invasores e do regime autoritário, representantes ou comparsas de grandes corporações transnacionais.

Inviabilizar para este ano a PEC 215/2000 e o PL S/N do senador Romero Jucá que buscava regulamentar o parágrafo 6º. do Art. 231, da Constituição Federal, e inclusive o PL 7735/2014, do patrimônio genético, significou certamente uma batalha ganha, transcendental, mas não podemos esquecer que 2015, com um Congresso ainda mais conservador, e com um governo que continua assinalando estar do lado dos dominadores, os desafios permanecem. Razão suficiente para, além de agradecer, chamar os nossos povos, organizações e lideranças, e todos e todas os nossos aliados e aliadas a permanecerem vigilantes e a se prepararem para lutas maiores, fincadas na nossa espiritualidade e cosmovisão, em defesa da vida, da nossa dignidade e do nosso direito sagrado à terra, para o bem das nossas atuais e futuras gerações, da sociedade brasileira e da humanidade inteira.

Pedimos a todos e todas, que continuemos mobilizados inclusive para conseguir a soltura definitiva das lideranças indígenas presas, acusados injustamente de tentativa de homicídio, pois como tod@s nós, estavam exercendo o legítimo exercício de manifestação, lutando por uma causa justa, tal e como o reconheceu o Juiz do Tribunal do Júri de Brasília que concedeu liberdade provisória para os líderes Alessandro Miranda Marques / Terena, Cleriston Teles Sousa / Tupinambá e Itucuri Santos Santana / Pataxó.

O juiz afirma na sua decisão: “Verifico que as prisões não podem ser mantidas. É preciso registrar que os fatos se deram no contexto do legítimo exercício do direito de manifestação, da liberdade de expressar, do direito de participação na esfera pública, de integrar o processo deliberativo político, pilares centrais de sustentação do Estado Democrático de Direito... Os sujeitos afetados procuraram exercer o direito de defesa dos seus interesses através da manifestação, do movimento de protesto, de contestação contra uma sociedade que na sua visão, por meio dos seus representantes, se pôs contra eles...”

Por um Estado realmente democrático, justo e plural, seguimos juntos e unidos na defesa da Constituição Federal e dos direitos territoriais dos povos indígenas, dos quilombolas, de outras populações do campo e da Mãe Natureza.

Brasília – DF, 19 de dezembro de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Mobilização Nacional Indígena

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Patricia Bonilha.